

## LIVRO DIDÁTICO- ALFABETIZAÇÃO E PARCERIA (1996) Um artefato em análise

*Silvani Vilar<sup>1</sup>*

*Thaise da Silva<sup>2</sup>*

2-Alfabetização e história

### Resumo

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado que tem como tema central os discursos da alfabetização das décadas de 1980 e 1990 no estado do Mato Grosso do Sul (MS). O objetivo desta pesquisa é compreender como os discursos de alfabetização é representado no livro didático *Alfabetização e Parceria* distribuído nas escolas públicas do MS na década de 1990. Para melhor compreender o objeto de estudo, a investigação está pautada nas teorizações dos Estudos Culturais. A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa, de cunho documental, sendo analisado o livro de alfabetização acima mencionado. Após a análise dos material, pode – se perceber claramente a inserção de uma outra concepção de alfabetização, apresentando uma proposta inovadora, com um bom repertório textual, boas práticas de leitura e de produção. O discurso disposto neste artefato busca convencer o professor de que é possível alterar suas práticas, amparando-as nas bases teóricas da psicogênese da língua escrita. Assim, acreditamos que os livros elaborados dentro do viés construtivista, dentre eles o *Alfabetização e Parceria*, acabaram por subjetivar as práticas docentes, apresentando uma nova forma de organização das atividades, do trabalho didático e de como trabalhar com o processo de alfabetização.

**Palavras- chaves:** livro didático; teorias de alfabetização; métodos de alfabetização.

### Introdução

Para discorrer sobre a história da alfabetização de nosso País, precisamos falar dos livros de alfabetização também conhecidos como cartilhas, pois suas páginas marcaram essa história. Esses impressos carregam consigo traços marcantes dos discursos enfatizados no decorrer de décadas no Brasil, concordando com Silva (2018): “Os livros escolares trazem consigo a história e os discursos que marcaram cada fase por que passou o ensino em nosso país, sendo artefatos importantes para o desenvolvimento de pesquisas” (SILVA, 2018, p. 20).

Para tanto, será analisado um livro de alfabetização que circulou no estado de Mato Grosso do Sul (MS) no início da década de 1990, período marcado pela entrada e consolidação do construtivismo no Brasil. Como afirma Silva e Hidelbrand (2023)

<sup>1</sup> Mestranda em Educação -UFGD. Contato: [silvanivilar@outlook.com](mailto:silvanivilar@outlook.com)

<sup>2</sup> Professora Doutora-UFRS Contato: [thaisedasilva77@gmail.com](mailto:thaisedasilva77@gmail.com)

A década de 80 e 90 é marcada por efervescências no campo da alfabetização. Os discursos construtivistas se espalham por todo o Brasil e as teorias da psicogênese da língua escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985) ganham força no campo da alfabetização, dando evidência ao “como se aprende”, referindo-se aos processos de aprendizagem, e não ao “como se ensina”, referindo-se aos antigos métodos de alfabetização<sup>3</sup>. A partir destes discursos os materiais didáticos passam por um processo de reelaboração, uma vez que as antigas cartilhas passam a ser alvo de fortes críticas. Muitos professores passam a produzir seus próprios materiais de ensino (apostilados), embora os livros didáticos continuem circulando em todo o país.

De acordo com Silva e Hidelbrand (2023), os discursos construtivistas se espalharam pelo Brasil e ganharam força, dando evidência ao “como se aprende”. Neles, o aluno deixa de ser visto como um ser passivo, que recebe informações prontas, para ser um aluno ativo, pensante, protagonista do seu aprendizado. Inicia-se um processo de reelaboração das cartilhas escolares que eram utilizadas nas classes de alfabetização, e os materiais produzidos a partir deste período passam a se chamar livros de alfabetização.

Neste estudo analisaremos o livro *Alfabetização e parceria* (1996). Nele, a palavra “cartilha” já não se faz mais presente, substituída pela palavra “livro”, marcando a ruptura com os antigos métodos de alfabetização e a forma de produzir os impressos didáticos. O livro foi selecionado por ser tratar de um artefato com circulação significativa no estado do MS no período analisado, trazendo uma nova forma de alfabetizar, pautado na teoria da psicogênese da língua escrita.

### **Fundamentação teórica**

Para melhor compreender o objeto deste estudo, foi efetuada uma análise com referenciais teóricos do campo dos Estudos Culturais, tendo como principais autores: Almeida(2002), Bittencourt(1993), Cardoso(1993), Ferreiro(1985,2007), Lopes(2010), Monteiro(2017), Moraes(2005), Silva(2018,2023), Soares (1998, 2003), dentre outros autores.

### **Metodologia**

A metodologia adotada na investigação é a pesquisa qualitativa de cunho documental, sendo o material analisado o livro de alfabetização referido acima. A análise do discurso é a metodologia utilizada para a análise dos dados, levando em conta que os textos presentes no material didático são influenciados por discursos que representam uma forma de pensar e agir de um grupo em um tempo histórico específico.

### **Resultados e Discussão**

O livro didático *Alfabetização e parceria* (1996), destina-se a turmas de alfabetização, denominadas de 1ª série do 1º grau no período analisado. Foi adquirido do MEC pelo estado

---

<sup>3</sup> Denominação utilizada por Ferreiro e Teberosky (1985) para se referir aos métodos sintéticos, analíticos e mistos.

de MS para a distribuição gratuita, por meio do PNLD (1999). O número da edição não consta no exemplar do aluno, publicado no ano de 1996, pela Editora Módulo, de Curitiba/PR.

Estudos como os de Almeida (2002), realizados entre 1990 e 1992, afirmam que os novos conhecimentos chegam às salas de aula antes mesmo dos cursos de formação para os professores referentes às novas propostas curriculares difundidas pela prática construtivista. Segundo a autora, os livros didáticos foram pioneiros na divulgação deste novo discurso, pois ela identificou que, entre as décadas de 1980 e 1990, foi possível encontrar diversos livros de alfabetização com concepções de ensino diferentes, assim como com visões distintas dentro de um mesmo material. Entretanto, só na década de 1990 é que de fato os livros didáticos assumiram uma concepção construtivista, o que é corroborado por Silva (2011, p. 516).

Foi somente na década de 90 que a concepção construtivista foi assumida como parâmetro nacional para o ensino. Desse modo, essa concepção foi assumida com a finalidade de “desmetodizar” o ensino e, assim, proporcionar aos alunos uma aprendizagem significativa.

A partir do ano de 1995, percebemos uma grande mudança nos materiais didáticos: alterações de concepções de ensino da escrita e principalmente de sujeito, o qual participa de forma ativa no processo de aprendizagem.

Seguindo os parâmetros dos novos discursos de alfabetização, a metodologia utilizada pelas autoras do livro *Alfabetização e Parceria* está ancorada na teoria da psicogênese da língua escrita. Esta, formulada e comprovada por duas pesquisadoras argentinas, Ferreiro e Teberosky, foi divulgada pela primeira vez no Brasil em 1985, partindo da concepção de que a aquisição do conhecimento se baseia na atividade do sujeito em interação com o objeto do conhecimento.

De acordo com as autoras Ferreiro e Teberosky (1985, p. 11):

Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu.

Os estudos da psicogênese constataam que o processo de conhecimento acontece pela interação que o sujeito desenvolve no sua ação sobre o mundo, tendo como grande

contribuição o deslocamento do eixo da prática pedagógica, que passou do “como se ensina” para o “como se aprende” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985).

Analisando o livro didático *Alfabetização e Parceria* (1996), podemos perceber a intencionalidade das autoras de promover uma alfabetização relacionada a uma parceria, o que infere que esse processo de alfabetização não acontece de forma individual, mas pela interação com o outro e com os elementos da natureza. Dessa forma, o material proposto pelas novas teorias oferece espaço e oportunidade para que o professor possa desempenhar seu relevante papel na formação da consciência e das funções mentais superiores, como a atenção, a memória, a reflexão, a percepção e a linguagem de seus alunos.

Os novos livros didáticos deveriam corresponder às exigências da época, adequados para uma educação do século XX, no qual se privilegia o conhecimento, os valores, as capacidades de resolver problemas. Portanto, as editoras e os autores procuravam adequar os seus livros às novas questões educacionais em debate, nas quais o aluno não deveria ser visto como dependente de estímulos, mas precisa ser compreendido como um sujeito ativo que elabora suas próprias hipóteses. Por conseguinte, esse estudante passa a ter contato com diferentes gêneros textuais, atividades que refletem sobre os princípios da escrita alfabética. Assim, definidos os objetivos do ensino, o livro didático, longe de ser uma única referência de acesso ao conteúdo disciplinar da escola, tem que ser um recurso de sabedoria, capaz de orientar os processos do desenvolvimento da personalidade das crianças (BITTENCOURT, 1993).

As autoras iniciam a primeira unidade do livro trazendo o trabalho com o nome próprio, atividade vista como importante dentro de uma concepção psicogenética. Inicialmente, a professora realiza a escrita do nome da criança no crachá; já as outras atividades possibilitam que a criança recorte, identifique e escreva o seu nome. No eixo do trabalho com alfabetização, entendemos que a descoberta da escrita do próprio nome é uma aprendizagem essencial nesta etapa, além de ser algo significativo. Ferreiro (2007, p. 63-64) afirma que: “Ampliar a própria identidade através da escrita é algo extraordinário. As crianças procuram repetir aquelas formas, beijam e acariciam aquela escrita, abraçam-na dizendo esta sou eu”.

O trabalho com o nome próprio, recorte e colagem de letras, apresentação do alfabeto desde o início do processo, trabalho com rótulos, desenhos de histórias contadas pela professora e escrita espontânea são características que podemos perceber neste artefato que são marcas importante da psicogênese da língua escrita. Sobre a escrita espontânea Monteiro e Lanza (2017, p. 37) esclarecem:

Considerando que nosso sistema de escrita é alfabético, a escrita espontânea pode ser compreendida como toda a produção gráfica da criança que se encontra em processo de compreensão do princípio alfabético, mesmo quando ainda não domina este princípio. O espontâneo designa essa possibilidade de escrever mais livremente, sem restrições e preocupações em errar, seja na escola ou em situações cotidianas.

Segundo as concepções psicogenéticas, na prática da alfabetização, a escrita espontânea se torna uma importante estratégia pedagógica, fazendo com que as crianças formulem e reformulem hipóteses sobre o funcionamento do sistema de escrita. Ferreiro (2001) considera a escrita espontânea da criança um indicativo de comunicação e formulação de hipóteses, que requer dos professores um olhar atento, capaz de enxergar a interpretação atribuída por ela ao sistema de escrita.

O trabalho com rótulos e embalagens passa a ser considerado muito apropriado para o processo de alfabetização, uma vez que faz parte do cotidiano das crianças, contendo elementos de leitura e potencial para desencadear a escrita. Ferreiro e Teberosky (1985) não trabalharam com a diferenciação entre alfabetização e letramento, no entanto podemos perceber o trabalho com o segundo a partir deste tipo de proposta.

Diante disso, Soares (2003, p. 14) explica que

[...] quadro das atuais concepções psicológicas de leitura e escrita, a entrada da criança e também do adulto analfabeto, no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional da escrita — alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso deste sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a prática escrita — o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema/grafema isto é, em dependência da alfabetização.

Uma característica dos livros de alfabetização que se declaravam construtivistas eram as referências explícitas que faziam ao papel da diversidade textual e da imersão no mundo letrado desde o início da escolarização. De modo geral, os textos eram representativos de gêneros variados, como bilhete, instrução de jogo, poesia, conto de fadas, reportagem, receita, verbete de enciclopédia, trava-línguas, cartaz publicitário, notícia de jornal etc. Neste exemplar, é possível constatar essa diversidade textual. De acordo com Lopes (2010, p. 21),

É preciso oferecer textos à criança, textos com os padrões textuais que circulam na sociedade, desde o início do ano, inserindo-as nas primeiras atividades de alfabetização. Conhecer seus usos e suas funções sociais favorece a reflexão sobre o sistema de escrita, além de ajudar a desenvolver as estratégias de leitura. Trabalhamos com textos reais para aproximar os educandos de diferentes gêneros. Acreditamos que os educandos precisam conhecer e apropriar-se desses textos que circulam na sociedade para conhecer, entender sua função e dar sentido ao mundo.

Conforme os defensores das concepções psicogenéticas de trabalho com a língua, para favorecer uma alfabetização de qualidade, faz-se necessário oferecer atividades de leitura e escrita direcionadas para o contexto real dos educandos, possibilitando reflexão e

autonomia. É importante que o professor propicie aos alunos a interação com diversos textos que circulam socialmente, pois a partir deles se familiarizarão com as características discursivas de diferentes gêneros. Dentro desta proposta, o texto passa a ser a unidade básica de ensino.

A variedade e a qualidade dos textos oferecidos aos estudantes são de suma importância para um bom desenvolvimento da escrita, pois gêneros textuais significativos possibilitam a aproximação daquilo que querem aprender. Também a leitura deve estar baseada em situações do cotidiano da criança.

É possível perceber que as produções de textos sugeridas no livro incentiva a criança a produzir sua escrita por meio de uma sequência de imagens de uma história que será contada pela professora. Discutir a produção escrita é uma estratégia apropriada para o desenvolvimento da competência escritora adotada por esta concepção de ensino.

Pautada no viés construtivista, valorizar a produção realizada pela criança incentiva e auxilia no desenvolvimento da escrita, por isso é de extrema importância criar um ambiente rico, com diversas técnicas de produzir e conceituar os textos voltadas para a interação, por meio da produção textual.

Desde as primeiras páginas deste livro didático, é possível encontrar uma diversidade de gêneros textuais, característica marcante nos livros didáticos da década de 1990 segundo Moraes, Albuquerque e Leal (2005, p. 154).

A mudança mais visível nos novos livros de alfabetização diz respeito à presença de uma diversidade textual [...]. No geral, os livros trazem textos representativos de gêneros tão variados como bilhete, instrução de jogo, poesia, conto de fadas, reportagem, receita, verbete de enciclopédia, trava-línguas, cartaz publicitário, notícia de jornal, etc. Nesse sentido, constata-se uma diferença gritante em relação às cartilhas tradicionais que, quando apresentavam textos diferentes daqueles classificados como “pseudotextos”, o faziam nas últimas lições, depois que os alunos, supostamente, já haviam memorizado todas as correspondências grafofônicas.

Notamos a presença de textos longos no artefato, em atividades que o professor deve ler para a criança, aproximando-a das práticas sociais de uso da leitura e da escrita, atrelando-as com a alfabetização.

### **Considerações Finais**

Analisando as páginas deste artefato, podemos perceber claramente a inserção de uma outra concepção de alfabetização, apresentando uma proposta inovadora para a época, com um bom repertório textual, boas práticas de leitura e de produção. O discurso disposto neste artefato busca convencer o professor de que é possível alterar suas práticas, amparando-as nas bases teóricas da psicogênese da língua escrita.

Considerando a circulação do material analisado, podemos afirmar que este exemplar ganhou visibilidade em território sul-mato-grossense, construindo a legitimação de um

discurso para cada época. Como artefatos culturais, os impressos, os textos, as propostas de atividades, influenciaram a forma como os professores organizavam seu planejamento e como julgavam ser a melhor forma de alfabetizar.

Diante do exposto, é possível perceber que as disputas que ocorriam entre o discurso dos métodos tradicionais e as concepções psicogenéticas– acabavam por desestabilizar os docentes, fazendo com que eles repensassem as suas práticas pedagógicas, o que se refletia diretamente no processo de alfabetização.

## Referências

ALMEIDA, Djanira S. de O. e. **Ensinando e aprendendo a escrita**: momentos iniciais. Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. 1993. Tese (Doutorado em História da Educação) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARDOSO, Beatriz; TEBEROSKY, Ana(org.). **Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita**. Petrópolis, RJ:Editora Vozes, 1993.

FERREIRO, Emília. O ingresso nas culturas da escrita. In: FARIA, Ana Lúcia G. De (Org.). O coletivo infantil em creches e pré – escolas. São Paulo: Cortez,2007.p.55-66.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

MONTEIRO, Sara Mourão; LANZA, P.M.M.O.**Mediações em escritas espontâneas de crianças**. PRESENÇA PEDAGÓGICA, v.23, p. 36-42, 2017.

MORAIS, Artur Gomes/Eliana Borges Correia de Albuquerque, Telma Ferraz Leal. **Alfabetização**: apropriação do sistema de escrita alfabética / organizado por.— Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LOPES, Janine Ramos. **Caderno do educador**: alfabetização e letramento 1 / Janine Ramos Lopes, Maria Celeste Matos de Abreu, Maria Célia Elias Mattos. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 68 p.: il. -- (Programa Escola Ativa).

SILVA, Marilda Pio da. **O processo de apropriação de concepções construtivistas em materiais didáticos para alfabetização**. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 40 (2): p. 509-523, mai-ago 2011.

SILVA, Thaise da; HILDEBRAND, L. M. c. **O livro de alfabetização eu vou construindo e a implantação do construtivismo no sul do Mato Grosso do Sul**. Dourados: UFGD, 2023. No prelo.

SILVA, Thaise da; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. A produção de identidades sul-mato-grossenses nas páginas das cartilhas. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 101-117, maio/ago. 2018.

SOARES, Magda. **Uma proposta para o letramento**. São Paulo: Moderna, 2003.